

A BUSCA DE OUTROS SERTÕES

The quest of the sertões

André Heráclio do Rêgo¹

RESUMO: Nos estudos sobre a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI tem assumido caráter preponderante a questão do mar, por isso que esta expansão é considerada sobretudo como ultramarina. Oblitera-se, entretanto, uma outra dimensão, a da busca de outros sertões, de outras terras, já que os sertões ibéricos estavam ocupados por Castela e outros reinos, e a única alternativa para os lusitanos era procurar terras, buscar outros sertões, no além-mar. A busca de outros sertões é assim o sujeito oculto da expansão ultramarina portuguesa, e teve no infante dom Henrique e em seu sobrinho, el-rei dom João II. os seus maiores incentivadores no século XV. As iniciativas do Infante e do Príncipe Perfeito possibilitaram que o conhecimento tradicional, de origem antiga e medieval, fosse atualizado pela experiência vivida dos lusos. Dessa forma, diversos exploradores e cronistas puseram-se a descrever esses outros sertões, suas terras, suas gentes e seus costumes. Tais descrições eram eivadas ainda de uma geografia imaginária, fruto mais do que se queria ver do que se via efetivamente, que possibilitava, por exemplo, o encurtamento das distâncias entre o Brasil e o Peru (o que reforçaria os indícios da presença de metais preciosos em território brasileiro), ou entre a costa e a contracosta da África (o que tornaria mais fácil cumprir um dos principais anelos dos portugueses naquele continente: a travessia entre as costas atlântica e índica). Essa geografia imaginária, em que se destacavam alguns tópicos como a busca do preste João e do Paraíso terreal, a existência de riquezas imensas escondidas no sertão e de um grande lago interior, que seria a fonte dos maiores rios (tópico este que remetia, também ao Paraíso terreal), tanto do continente africano quanto do americano, estendeu-se até bem entrado o século XVIII, quando começou a ser substituída por uma geografia iluminista, mais próxima da realidade e baseada em pressupostos mais científicos.

PALAVRAS-CHAVE: História luso-brasileira. Sertão. Representações.

ABSTRACT: One question has been privileged in the studies regarding the Portuguese expansion of the XVth and XVIth centuries: that of the sea. In doing so, we forget another dimension of the problem, regarding the quest of the sertão, of other lands, provided that the Iberian sertões had been already occupied by kingdoms like Castilla: the only alternative for the Lusitanians was to search lands, to quest the sertão, beyond the sea. The quest of the sertão, then, is the hidden subject, the non-considered fundament, of the ultramarine expansion of the Portuguese, and two of its most

¹Diplomata, escritor e historiador. Pós-doutorando do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade De São Paulo – IEB/USP. Tem Doutorado em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusófona pela Universidade de Paris Ouest, título revalidado pela USP como doutor em História social. Entre suas publicações mais recentes destacam-se os livros “Família e Coronelismo no Brasil, uma história de poder” (São Paulo: A Girafa, 2008) e “Os sertões e os desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012). E-mail: andre.heraclitorego@itamaraty.gov.br

important players were the infante dom Henrique and his nephew, el-rei dom João II. The initiatives of these men made possible that the traditional knowledge, of ancient and medieval sources, was brought up to date by the experience of the Portuguese. In this way, many explorers and historians made descriptions of these sertões which were conceived in the basis of a imaginary geography, which in its turn was the result mainly of what they wanted to see, and not of what they saw effectively. This geography made possible, by instance, the reduction of the distances between Brazil and Peru and between the atlantic and indian coast of Africa. This imaginary geography lasted until the middle of the XVIIIth century.

KEY-WORDS: Luso-Brazilian History. Sertão. Representations.

João de Barros, na *Década I da Ásia*, escreveu que Portugal estava “limitado na costa do mar Oceano, “porque o mais do *sertão* da terra, ficou na coroa de Castela, e a ele lhe não coube mais em sorte nesta nossa Europa”(BARROS, 1988, p. 9). Como o *sertão* pertencia à Espanha, em quase todas as direções, restava a Portugal conquistar terras aos mouros e, isto feito, lançar-se ao mar. Uma possível interpretação do sentido da expansão ultramarina portuguesa seria assim a busca de outros sertões, já que os próprios eram limitados e ameaçados, a todo momento, pelo inimigo espanhol, seja a norte, seja a leste. Nesse contexto, destacou-se o papel do infante dom Henrique, o qual, ademais de lançar o país às descobertas marítimas, sempre mandava inquirir das coisas do *sertão* das terras descobertas e de sua geografia, das “coisas de dentro do *sertão* da terra”. Essa busca de outros sertões destinava-se, entre outros, à salvação das almas dos bárbaros e idólatras. O Infante foi criticado pelo fato de as terras que buscava serem “desertos de idólatras”, mas, à vista dos sucessos obtidos, passou a ser elogiado por ter aberto caminhos aos portugueses “para ganhar muita honra e terras”.

E também porque acerca dos homens lhe ficasse nome de primeiro conquistador e descobridor da gente idólatra [ao infante dom Henrique, o Navegador]: empresa que até o seu tempo nenhum príncipe tentou. Com o qual fundamento para este seu propósito houvesse efeito: era mui diligente e curioso na inquirição das terras e seus moradores, e de toda as cousas que pertenciam à geografia, dando-se muito a ela. Donde assim na tomada de Ceuta, como as outras vezes que lá passou, sempre inquiria dos mouros as cousas de dentro do *sertão* da terra: principalmente das partes remotas aos reinos de Fez e Marrocos. A qual diligência lhe respondeu com o prêmio que ele desejava, porque veio saber por eles não somente das terras dos Alarves² que são vizinhos aos desertos de África a que eles chamam Saara, mas ainda das que habitam os povos Azenegues³ que confinam com os negros de Jalof⁴: onde se começa a região de Guiné [...] E assim como este mouro desejou vir ao reino por ver as cousas dele: o mesmo desejo teve um

²Alarves, originalmente, era uma das denominações dos beduínos árabes. Vale por boçal, rústico.

³Azenegues eram aqueles que pertenciam às tribos mourisca do Saara Ocidental e do Noroeste da África.

⁴Jalof era a terra dos jalofos, tribo da África ocidental.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

escudeiro a que chamavam João Fernandes, para particularmente ver as cousas daquele sertão que habitavam os Azenegues e delas dar razão ao infante... (BARROS, 1988, p. 12 e 35).

O moto das conquistas portuguesas era, assim, além da busca de riquezas, a salvação de almas, de tantas mil almas que o demônio mantinha presas naquelas regiões e províncias bárbaras. Os sertões africanos, assim, eram a terra de idólatras, de bárbaros, de cativos do diabo, e jaziam encerrados e bem esquecidos. Os portugueses agiam por misericórdia de Deus, que “queria abrir as portas de tanta infidelidade e idolatria para salvação de tantas mil almas que o demônio no centro daquelas regiões e províncias bárbaras tinha cativas, sem notícia dos méritos da nossa redenção”. Para tanto, demonstrava-lhes e descobria-lhes a grandeza dos mundos e terras que tinha criado, com tantos tesouros e riquezas como em si continham, e que jaziam, havia tantos mil anos, “por nossos pecados, ou pelas enormes e torpes idolatrias de seus moradores, ou por outro qualquer juízo oculto”, cerradas e bem esquecidas (BARROS, 1988, p. 14 e 15).

À medida que os navios do infante dom Henrique e de seus sobrinhos e sucessores iam descendo pela costa da África, e descobrindo novas terras, o conhecimento geográfico tradicional passou a ser atualizado e corrigido pela experiência que os portugueses iam adquirindo. Tanto o infante quanto seu sobrinho, dom João II, preocuparam-se em mandar conhecer as “coisas do sertão das terras”, chegando este último mesmo a mandar fazer fortaleza no rio Sanagá (Senegal), por lhe parecer ser “coisa mui proveitosa a seu estado, e a bem de seus naturais”, e por ser “porta por que [...] podia entrar ao interior daquela grã terra até chegar ao Preste”⁵(BARROS, 1988, p. 101).

E porque neste tempo del rei dom João, quando falavam na Índia sempre era nomeado um rei mui poderoso a que chamavam preste João das Índias, o qual diziam ser cristão: parecia a el rei que por via deste podia ter alguma entrada na Índia. Porque por os abexins⁶ religiosos que vêm a estas partes de Espanha [...] tinha sabido que seu estado era a terra que estava sobre Egito, a qual se estendia até o mar do sul. Donde tomando el rei com os cosmógrafos deste reino a tábua geral de Ptolomeu da descrição de toda África, e os padrões da costa dela [...] e assim a distância de duzentas e cinquenta léguas para leste onde estes de Benji⁷ diziam ser o estado do príncipe Ogane: achavam

⁵O preste João era um monarca lendário, cristão, cujo reino estaria localizado entre a Ásia e a África oriental, que foi confundido por muito tempo com o rei da Abissínia. Os europeus buscavam seu apoio para combater os muçulmanos e reconquistar a Terra Santa.

⁶Abissínios.

⁷Benin.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

que ele devia ser o preste João por ambos andarem metidos em cortinas de seda, e trazerem o sinal da cruz em grande veneração (BARROS, 1988, p. 84).

Com o objetivo ao mesmo tempo de descobrir os sertões e chegar até o preste João, e de fazer propaganda da sua grandeza, dom João II havia mandado, ademais, lançar gente por toda aquela costa, bem vestidos e com mostras de ouro, prata e especiarias, para “notificar de uns em outros a grandeza de seu reino e as coisas que nele havia, e como por toda aquela costa andavam os seus navios”. (BARROS, 1988, p. 84 e 85). O objetivo maior, assim, era descobrir a Índia, “e principalmente um príncipe que se chamava preste João, o qual lhe diziam que habitava naquela terra” (BARROS, 1988, p. 85).

Mais ao sul, os navegantes portugueses utilizaram-se de degredados, “os quais iam oferecidos a este trabalho”, para saberem se havia gente branca no sertão, referindo-se aos naufragos das expedições anteriores (BARROS, 1988, p. 398). Foi com base nas informações dessa gente, completadas pelas fontes clássicas e pela tradição oral, que se formou o conhecimento sobre os sertões africanos nos séculos XV e XVI. Esse conhecimento foi exposto por cronistas como Duarte Pacheco Pereira, que misturou, em seu livro, informações procedentes de fontes clássicas com as mais recentes novidades trazidas pelos descobridores portugueses, entre os quais ele próprio se incluía.

É o caso, por exemplo, do comentário sobre a zona tórrida⁸, e da descrição da cidade de Marrocos, situada no sertão e de onde santo Agostinho seria natural⁹, em que ele se baseou em informações de fontes clássicas e medievais; mas também nas descrições da região do cabo Não, da angra dos Ruivos, do rio do Ouro e do deserto de Arguim, em que se fundamentou em informações trazidas pelos navegantes portugueses (CARVALHO, 1991, fl. 42, p. 252).

Duarte Pacheco Pereira passou assim a descrever os sertões africanos e seus habitantes (CARVALHO, 1991, fl. 46v, p. 262.). Primeiramente, informou que se tratavam de duas Etiópias, a Inferior ou Baixa, que se estendia do rio Sanagá ate ao Cabo da Boa Esperança, em mil e trezentas e quarenta léguas, também chamada Guiné (CARVALHO, 1991, fl. 47v, p. 262 e

⁸“a zona do meio que equinocial se chama ou cinta do primeiro movimento pelo grande ardor do sol é assaz afadigada e com todo seu tormento grandemente povoada, por cuja causa se crê que os etiópios são tão negros de cor, por este círculo a eles ser propínquo...”. (CARVALHO, 1991, fl. 69, p. 179).

⁹“Além da cidade de Cafy trinta léguas no sertão está a grande cidade de Marrocos, na qual há vinte e quatro portas, pelas quais dizem que no tempo de sua prosperidade por cada porta saíam mil de cavalo com seu capitão...”(CARVALHO, 1991, fl. 31v e 32, p. 230).

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

263). E a outra Etiópia, a Superior, na verdade a asiática, que ia além do reino da Pérsia e da Índia (CARVALHO, 1991, p. 263). Comentou que os habitantes da Etiópia Inferior “são negros e têm os cabelos curtos e crespos feitos como frisa de pano”(CARVALHO, 1991, fl. 47, p. 263), e os da Etiópia Superior “são negros, mas não já em tanta quantidade como os da Etiópia Baixa e tem os cabelos corridos e compridos como os dos homens brancos”. (CARVALHO, 1991, fl. 47, p. 263).

Toda esta gente e outros muitos seus vizinhos além destes não sabem onde este rio de Sanagá nasce e por onde vem, [e] é tão grande e assim fundo que lhe chamo rio Negro, e temos notícia por muitos etiópios, homens assaz entendidos, que sobem mais de quinhentas léguas por este rio acima diversas províncias e terras por onde corre, que o seu nascimento é incógnito, e segundo o curso dele e a parte onde traz seu princípio, sabem-nos que saem de uma grande lagoa do rio Nilo, que tem de longo trinta léguas e dez de largo...”.(CARVALHO, 1991, fl. 47v, p. 264.)

Duarte Pacheco Pereira não se furtou a comentar um dos temas mais recorrentes na expansão ultramarina portuguesa, ao lado da salvação das almas, o da busca de riquezas, ao comentar que, duzentas léguas além do reino de Mandinga¹⁰, “está uma comarca de terra onde há muito ouro”, cujos “moradores desta província têm rosto e dentes como cães e rabos como de cão e são negros”. (CARVALHO, 1991, fl. 52, p. 274 e 275). Aqui, mais uma vez, mesclavam-se as narrativas fruto da experiência dos portugueses com as tradições orais, nitidamente medievais, sobre os seres monstruosos que habitariam esses sertões incógnitos.

Ao descrever Serra Leoa, misturou mais uma vez relatos verídicos com tradições antigas e medievais. Assim, os habitantes do lugar, negros, “têm os dentes limados e agudos como de cão”. A esta constatação etnográfica, Duarte Pacheco acrescentou uma interessante mistura de relato naturalista com tradição mitológica, na qual descrevia “elefantes e onças e outras muito desvairadas alimárias que nesta Espanha nem em toda Europa não há”; mas também “homens selvagens a que os antigos chamaram sátiros” cobertos de “um cabelo ou sedas quase tão ásperas como de porco”. Trata-se aqui, evidentemente, da descrição de primatas. Acrescenta ainda que não havia edifícios na terra, somente palhoças. (CARVALHO, 1991, fl. 85v, p. 287, 288 e 289). Duarte Pacheco referiu-se também às diferenças entre os habitantes dessa Guiné “e as outras gentes que jazem além do mar Oceano a Ocidente”. Mesmo tendo o grau do sol por igual com os negros da dita Guiné, eram pardos e quase brancos, e estas eram as gentes que habitavam a terra do Brasil, as quais, segundo alguns autores, seriam guardados da quentura do sol por nesta região

¹⁰O reino de Mandinga localizava-se na Guiné.

haver muitos arvoredos que lhe faziam sombra. Mas, segundo Pacheco Pereira, se havia muitas árvores no Brasil, tantas e mais espessas havia “nesta parte oriental daquém oceano”, “e se disserem que estes daquém são negros porque andam nus e os outros são brancos porque andam vestidos”, o fato é que, de ambos os lados do Atlântico, uns e outros andavam como haviam vindo ao mundo. A questão não dizia respeito à impressão que fazia o sol sobre eles, mas se pertenciam todos à geração de Adão (CARVALHO, 1991, fl. 78 e 78v, p. 337 e 338).

Aqui parece haver uma preferência pelos indígenas do Novo Mundo que, para cronistas como Jean de Léry, constituíam uma humanidade nova, e uma nítida desumanização dos africanos. Tal impressão se confirma com a descrição que fez dos negros do cabo da Boa Esperança, gentios e gente bestial, que andavam vestidos de peles e calçados de umas alparcas de couro cru, que não praticavam nenhum comércio, dedicavam-se tão somente à criação de gado vacum, e de cabras e ovelhas (CARVALHO, 1991, fol. 88v, p. 361).

O *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, foi, portanto, um marco desse novo conhecimento que se estava produzindo, ainda eivado de literatura clássica e de lendas medievais, mas já enriquecido pela experiência ibérica, sobretudo portuguesa, mais realista e terra à terra. O próprio autor reconhecia isso:

Nunca os nossos antigos antecessores nem outros muito mais antigos doutras estranhas gerações puderam crer que podia vir tempo que o nosso Ocidente fora do Oriente conhecido, e da Índia, pelo modo que agora é, porque os escritores que daquelas partes falaram, escreveram delas tantas fábulas, por onde a todos pareceu impossível que os indianos mares e terras do nosso Ocidente se pudessem navegar [...] disseram que as partes da equinocial eram inabitáveis pela muita grande quentura do sol, donde parece que segundo sua tenção aquela tórrida zona por esta causa se não podia navegar, pois que a fortaleza do sol impedia não haver aí habitação de gente, o que tudo isto é falso.... (CARVALHO, 1991, fl. 95 E 95v, p. 375 e 376.)[...] Pois tomamos tão pesada carga em escrevermos quanto benefício os príncipes passados têm feito aos reinos de Portugal no descobrimento desta Etiópia, que dantes a nós era [de] todo incógnita... (CARVALHO, 1991, fl. 75, p. 329)[...] Lícito é a nós dizer as coisas desta Etiópia, pois as vimos, as quais primeiro que as praticássemos pelo que se lia delas em alguns escritores não eram tão graves de crer, pois até aqui trazemos a parte marítima escrita por ordem e assim alguma parte do sertão (CARVALHO, 1991, fl. 79, p. 318).

Esta tão pesada carga foi seguida por outros cronistas, ou historiadores antigos, como João de Barros, cuja obra pode ser considerada como uma precursora das histórias da expansão tão comuns nos meios acadêmicos e literários portugueses. Ele, nas suas *Décadas*, tratou do sertão, ou, melhor dizendo, dos sertões, considerados sob aspectos às vezes bastante sugestivos. Uma parte dessas terras, desses sertões, situava-se na zona tórrida, e era, segundo os autores da

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Antiguidade, inabitada e inabitável. Este era o principal argumento dos críticos, verdadeiros velhos do Restelo, às iniciativas do infante, os quais, à vista dos sucessos obtidos, tiveram que mudar de opinião. Segundo esses críticos, “a terra que o infante mandava buscar não era terra, mas uns areais como os desertos de Líbia”. Faziam eles referência ao conhecimento antigo, mencionando a “tórrida zona”, que não seria habitada. Assim, onde o infante mandava descobrir, “é já tanto dentro no fervor do sol, que de brancos que os homens são, se lá for algum de nós, ficará (se escapar) tão negro como são os guinéus vizinhos a esta quentura”. Ademais desse motivo, levantavam um outro, mais comezinho: se ao infante parecia que poderia achar “outras terras ermas grossas e férteis”, “terras e maninhos há no reino para romper e aproveitar sem perigo de mar, nem despesas desordenadas”... Por último, não se sabia que gente iam descobrir, “nem o modo de sua peleja”. Nada impedia que fosse “tão bárbara como sabemos que é a das Canárias, a qual anda de penedo em penedo como cabras às pedradas contra quem os quer ofender: nós que proveito podemos ter de terra tão estéril e áspera, e cativar gente tão mesquinha...”(BARROS, 1988, p. 20 e 21).

Desse modo, uma das grandes barreiras que os portugueses ultrapassaram nas suas descobertas foi a da zona tórrida, convicção dos autores clássicos, aceita pelos árabes, de que haveria uma área, na altura da linha do Equador, inabitável em função das altas temperaturas, capazes inclusive de provocar a ebulição da água. A vida seria impossível nessa zona. Talvez a houvesse, humana, mais abaixo, mas os europeus nunca poderiam entrar em contato com os assim chamados antípodas. Santo Agostinho foi mais além, ao negar a existência desses antípodas, já que, para ele, se o hemisfério sul fosse habitado, a mensagem do Evangelho de Cristo não poderia chegar a esses homens. Com efeito, o doutor Angélico¹¹ negava a existência dos antípodas porque, admitindo-a, ele negaria a unidade do gênero humano. A zona tórrida não

¹¹“Quanto ao que se diz de haver antípodas, isto é, homens que marcam as suas passadas contrárias aos nossos pés pela parte oposta da Terra onde o Sol nasce quando entre nós se põe, nenhuma razão há para o crer. Ninguém refere que o tenha sabido por qualquer conhecimento histórico. Apenas se conjectura pelo raciocínio: a Terra, diz-se, está suspensa no interior da abóbada do Céu – e para o mundo o lugar de baixo é o mesmo que o lugar de cima. Disto se conclui que a outra parte da Terra, que está do lado de baixo, não pode deixar de ser habitada por homens. Não prestam atenção a que, embora se creia que o mundo tem uma forma esférica e redonda, e embora se demonstre isto com algum argumento, - não se segue daí que essa parte da Terra não esteja coberta de massas de água; e, mesmo que esteja seca, nem daí se pode logo concluir necessariamente que tem homens. Mas, porque a Escritura não mente, ela que baseia a confiança nos fatos narrados pelo cumprimento fiel das suas predições, - *seria demasiado inverossímil afirmar-se que alguns homens tenham podido navegar através da imensidade do Oceano até chegarem à outra parte onde também se teria estabelecido o gênero humano procedente do primeiro e único homem*” (itálicos meus. (AGOSTINHO, 2000, vol III, p. 1477).

podendo ser atravessada, segundo o ensinamento dos antigos, a admissão da existência de antípodas teria por consequência a existência de duas humanidades distintas, que se ignoravam mutuamente. Nessas condições, a mensagem evangélica perderia seu caráter universal, o que era inadmissível (LESTRINGANT, 1997, p. 38).

Os portugueses foram dos que contribuíram para resolver esse dilema teológico, ao provar que a zona tórrida não somente era atravessável, como habitável – e habitada -, e ao descobrir nela uma humanidade que, sendo a mesma, era também nova, porque não conhecia a fé cristã, mas que parecia não se importar muito com esse desconhecimento. Donde surgiu um outro questionamento: provado que a zona tórrida era habitável, restava saber se esta humanidade que a habitava era constituída de homens como os outros. (PERRONE-MOISÉS, 1995, p. 70).

Sertão era assim também a região da zona tórrida que, na opinião dos antigos, não era habitada, e não podia ser atravessada. Se fosse habitada mais abaixo, onde os ardores não eram tantos, o seria pelos antípodas, ou contrapedes, ou seja, aqueles seres que viveriam do lado contrário do mundo conhecido, o que nos leva claramente à ideia de um Outro que seria um Eu invertido.

Destacava-se, também, a busca do preste João, que habitava nos sertões, e através deles devia ser alcançado. Esse reino do preste era, mais do que nada, um território legendário. Nesses sertões suspeitava-se haver, por exemplo, um rio das Amazonas, como mais tarde seria o caso também do outro lado do mar Oceano, nos sertões da Terra de Santa Cruz. Assim, comentava-se da fama da grandeza de um rio, que vinha da terra do preste João por uma terra chamada das Amazonas, “por serem varões nos feitos e os maridos afeminados, e que dentro neste interior havia muito ouro” (BARROS, 1988, p. 13).

Mas João de Barros não se refere apenas aos sertões legendários da zona tórrida, dos antípodas, das amazonas e do preste João. Ele tratou também dos sertões estranhos, diversos, onde se sobrevivia à base de sementes e raízes, de ervas e lagartixas e gafanhotos torrados. Trata-se dos sertões africanos da altura do trópico de Câncer, nos quais, nos meses mais abundantes, o único certo comer era o leite de gado, que também servia de bebida, já que a terra era tão estéril que quase não tinha água. Seria interessante a comparação desse povo de pastores, que somente

se servia do leite de seus animais, com os vaqueiros do sertão do Nordeste do Brasil, berço da civilização do couro.

Com efeito, “seu comer era uma pouca de semente que o campo por si dá que se parece com o painço de Espanha”, além de raízes e gomos de ervas, “e toda maneira de imundícia de lagartixas e gafanhotos torrados”. O alimento principal era o “leite do gado que pastoram que também lhe serve de beber”, já que a terra era tão estéril que não possuía “mais águas que em certos lugares alguns poços meios salobros”. O leite era “toda sua vida”, para aqueles “de dentro do *sertão* “, que habitavam em tendilhões e cujo traço comum eram os “couros do gado que guardam, e os mais honrados alquicéis: e os principais de todos, panos de melhor sorte”.

O geral ofício de todos é pastorar o seu gado: porque nele está toda sua fazenda e substância da vida. [...] Entre eles não há rei ou príncipe, tudo são cabildas de parentelas, e assim andam apartados: e o de maior poder é o maioral que os governa: e muitas vezes entre si estas cabildas umas com as outras têm guerra..... (BARROS, 1988, p. 38 e 39)

A gente que habitava esses sertões era agreste e bárbara em leis e costumes, ademais de esquiva, mas para ela ainda havia salvação: com a proximidade da civilização, os habitantes da terra haviam ficado tão domésticos que eram os primeiros a querer negociar com os portugueses. De fato, pouco depois que “o negócio de Guiné andava já mui corrente entre os nossos e os moradores daquelas partes”, estes, quando se acostumaram com o “uso das coisas desta nossa Europa”, e tiveram “alguma notícia da verdade pelos benefícios que recebiam assim na alma como no entendimento, e coisas para seus usos”, ficaram “tão domésticos, que não havia mais que partirem os navios deste reino”, e chegarem a seus portos, “concorriam muitos povos do *sertão* ao comércio de nossas mercadorias, que lhes davam a troco d’almas, as quais mais vinham receber salvação que cativoiro”(BARROS, 1988, p. 65).

João de Barros no entanto estabeleceu uma divisão entre as gentes que habitavam esses sertões: ao norte do rio Sanagá, estavam os mouros; ao sul, os negros, embora, ao longo do rio, todos fossem “mestiços, em cor, vida e costumes”. O rio Sanagá apartaria assim a terra dos mouros da dos negros, “posto que ao longo de suas águas todos são mestiços, em cor, vida, e costumes, por razão da cópula que segundo costume dos mouros toda mulher aceitam. O rio, além de dividir as populações, constituía marco e divisão entre as qualidades das terras de suas margens, porque, a que ficava da parte do norte, habitada pelos mouros, em largura de cem léguas, “se vai estendendo contra oriente até ir beber nas águas do Nilo, e tomando ali alguma

umidade da corrente delas, torna com aquela secura e esterilidade que leva até dar consigo em as águas salgadas do mar roxo”(BARROS, 1988, p. 65). E a que ficava da parte do sul, estava na zona tropical úmida.

Os sertões africanos tinham, assim, para João de Barros, representações e significações múltiplas e variadas, não obrigatoriamente convergentes. A Etiópia era um “paraíso de naturais delícias”, porque não somente dava os bens “necessários e proveitosos à vida humana”, mas ainda almas criadas na inocência de seus primeiros pais. Este Paraíso, no entanto, era proibido, “parece que por nossos pecados, ou por algum juízo de Deus oculto a nós”, já que “nas entradas desta grande Etiópia” havia “um anjo percuciente com uma espada de fogo de mortais febres, que nos impede não poder penetrar ao interior das fontes deste orto...”(BARROS, 1988, p. 120).

Mas, ao mesmo tempo, mais ao sul a terra era habitada pelos cafres, gente sem lei, idólatras a viver no sertão. Era a terra que, para Ptolomeu, era incógnita, habitada por muitos e diferentes bárbaros, inclusive com línguas diferentes, motivo pelo qual não possuía esta terra denominação própria. Com efeito, além da Etiópia interior conhecida por Ptolomeu, jazia “outra terra que em seu tempo não era nota”, mas que era no presente “mui sabido o marítimo dela, depois que descobrimos a Índia por este nosso mar oceano”. Esse litoral começava, da parte oriental, no Prazo promontório, que os naturais da terra chamavam Moçambique (BARROS, 1988, p. 300 e 301).

Os habitantes dessa terra, assim, não se autodenominavam, nem atribuíam nome a esses sertões. Somente os povos mais civilizados, árabes e persas, que tinham polícia de letras e eram vizinhos dela, a chamavam *Zanguibar* (Zanzibar), e a seus habitantes *zanguij*. Também eram denominados cafres, gente sem lei, gente negra de cabelo retorcido, e porém de mais entendimento que a outra que habitava Moçambique, já que entre esta havia muita gente que comia carne humana e que sangrava “o gado vacuum por lhe beber o sangue”, com que se mantinha. Essa terra, no entanto, era soberba, e nela se levantava “uma serrania de viva pedra com grandes e ásperos picos que pedem as nuvens com sua altura”. No sopé, rompia “com muita fúria um rio de grandíssima água que nasce no interior daquele *sertão*, de que ao presente não temos notícia”(BARROS, 1988, p. 301, 302, 376 e 377).

Os mouros, povo civilizado, habitavam o marítimo da terra, mas faziam incursões ao interior, e tinham alguma comunicação com os cafres. Repete-se aqui o dualismo tradicional, no estudo dos sertões, entre sertão e litoral. Tudo nos sertões era bárbaro, até os animais, aves, frutas

e sementes, que respondiam “à barbaria da gente em serem feras e agrestes”. Mesmo os baduijs¹², “que andavam no interior da terra e faziam contato com os seus habitantes, eram considerados pelos que habitavam as cidades e povoações como bárbaros. Mas “naquela áspera e estéril terra para habitação de gente política”, se havia produzido o mais precioso de todos os metais, o ouro (BARROS, 1988, p. 302 e 303).

Havia portanto um povo intermediário entre sertão e litoral: os *banduijs*, mestiços de mouros e cafres. Alguns desses mouros, que “tinham diferentes opiniões dos arábios acerca de sua seita”, não se quiseram submeter à maioria, “e recolheram-se dentro pelo *sertão* ajuntando-se com os cafres por casamentos e costumes, de maneira que ficaram mestiços em todas as coisas”.

João de Barros, assim, fez uma pintura admirável dos sistemas econômico e social da África oriental. Ao lado, e em complemento aos sertões ásperos, estéreis e insalubres, distantes da civilização, onde viviam os cafres feros e agrestes, o litoral habitado por povos civilizados, em cidades comparáveis às da Espanha (no sentido mais abrangente do termo): Sofala, Mombaça, Quiloa e Melinde. Entre os dois extremos, os mestiços, os *banduijs* (BIERDEMANN, 2003, p. 45 e 46).

Outro autor que merece destaque neste processo de formação do conhecimento que se tinha dos sertões é o padre Francisco Álvares, autor da *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias*. Este autor, na descrição que faz da Abissínia, que ainda se supunha ser o reino do preste João, aliou, como os seus antecessores, narrativas clássicas e lendárias, de um lado, e, de outro, relatos de sua própria experiência. No primeiro caso, fez menção, por exemplo, a “maravilhosas terras e senhorios mui grandes”, um dos quais, Aquaxumo, havia sido “a cidade, câmara e estância (segundo dizem) da Rainha de Sabá” (ÁLVARES, 1974, p. 86 e 87), da qual, viajando-se para o poente, contra o Nilo, chegava-se à “terra de Sabaim, onde a rainha de Sabá tinha seu nome e título e onde há o pau preto que ela mandou a Salomão para marchetar o Templo”(ÁLVARES, 1974, p. 96 e 97). Passando da tradição bíblica para a mitologia grega, o padre Francisco Álvares referiu-se também às amazonas, embora que com certa desconfiança, já que elas, cujo reino era situado ao sul de um reino chamado Damute Gorage, possuíam “marido geralmente todo o ano”(ÁLVARES, 1974, p. 359).

¹²Beduínos.

Mas o padre se referiu também ao que ele próprio havia observado. Um dos tópicos mais recorrentes de suas observações, que se repetia em outras narrativas sobre os variados sertões, é o da aspereza da terra e das serranias nela existente. No caso específico do preste João, estas serras se destacavam por um detalhe especial, a de serem a prisão dos filhos do rei (ÁLVARES, 1974, p. 47, 149 e 150). Outro tópico da descrição do padre Francisco Álvares era a esterilidade da terra, também recorrente em outras narrativas sobre os sertões. É o caso de um mosteiro, “todo cercado de ribeiras secas que não têm água senão com trovoadas” (ÁLVARES, 1974, p. 96 e 97), ou daquela região, próxima a este mosteiro, onde a terra era muito estéril, e o caminho, conquanto chão, cheio de “maiores matos” e no qual o perigo era ainda maior, por haver maiores passos de ribeiras secas e espessas árvores para “jazer má gente”, ademais de a terra ser, quando próxima das poucas águas, muito doentia (ÁLVARES, 1974, p. 124). A terra, mesmo quando era lavradia, poucas vezes era cultivada, como naquela que se chamava Abugima, onde “tudo são cevadas em os baixos, tudo são trigos nos vales, os melhores que se podem dizer de muitos e bons” (ÁLVARES, 1974, p. 127 e 128). A regra, no entanto, era a negligência, ou mesmo indolência dos habitantes, que não cultivavam a terra:

Digo que ninguém caça, nem pesca, nem tem engenho, nem maneira, nem vontade para o fazer, por isso é a caça muito boa de matar, porque não é corrida da gente. Animais feros muitos: leões, onças, tigres, lobos, raposas, adibes e outros [...] E destes feros animais nunca ouvi dizer que fizessem mal, posto que a gente da terra lhes há muito grande medo...(ÁLVARES, 1974, p. 59).

A solução, como ocorria em outros sertões, eram as “criações de gados infindos” (ÁLVARES, 1974, p. 57), cujo couro servia de vestimenta para os “homens gerais”, que eram “quase todos e poucos os especiais”, e que traziam derredor de si um pedaço de couro de vaca (ÁLVARES, 1974, p. 163).

Tópico recorrente em outras descrições dos sertões, o padre Francisco Álvares também se referiu à desproporcionalidade entre os territórios de Portugal e da Abissínia, quanto apresentou o mapa-múndi que trazia ao preste João: “E porque o nosso Portugal é muito com Castela em pequeno espaço, e Sevilha mui perto de Lisboa, perto da Corunha, lhe pus Sevilha por Espanha e Lisboa por Portugal e a Corunha por Galiza” (ÁLVARES, 1974, p. 322). As terras do preste João, ao contrário, eram vastas, e as distâncias a percorrer eram medidas por dias de caminhada. Entre as terras, reinos e senhorios que confinavam com os reinos do preste, havia o reino de Dangali,

de mouros, que tinha um porto de mar, Belie, e corria “até contestar no reino de Adel que é do senhor de Zeila e Barborá onde se ajuntam ambos estes reinos para a parte do sertão, que é para a terra do preste (ÁLVARES, 1974, p. 355 e 356). Havia também os de Adel e, mais para o sertão, o de Adea, também de mouros sujeitos ao Preste (ÁLVARES, 1974, p. 357). E, “muito carregando sobre o poente”, uma “muito grande terra e reino que se chama Damute”, de “mui bons mouros e grandes guerreiros”, gentios.

Haveria nestes reinos “muitos refrescos de muitas coisas”, como gengibre verde, uvas e pêssegos, “grossos carneiros e cavacas mui grandes de corpos”. Dizia-se “que nas cabeças destes reinos de Damute Gorage contra o Sul” situava-se o reino das amazonas, no qual haveria “muito infindo ouro”. Acreditava-se que nesse reino Damute nascia “um grande rio e contrário ao Nilo, porque cada vai para sua parte: Nilo para Egito, deste outro ninguém da terra sabe para onde vai, somente presumem que vai para Manicongo”. Diziam ainda “que há nele grandes lagos como mares, que há neles homens e mulheres marinhos e alguns afirmam isto de visto...”(ÁLVARES, 1974, p. 360 e 361).

No reino do preste João, situado nos sertões de dentro, enfim, não havia grandes cidades – nenhum lugar passava de mil e seiscentos habitantes; não havia castelos, somente aldeias, constituídas por casas térreas e redondas, cobertas de telhados de palha e ladeadas por currais. Nelas, os habitantes dormiam em couros de bois, outros em leitos de correias, dos mesmos couros, sem nenhuma maneira de mesa. As refeições eram feitas em gamelas, sem toalhas nem guardanapos, e a bebida, armazenada em recipientes de barro. A carne era consumida crua ou assada em brasas, de lenha ou de bosta de boi, onde aquela não havia (ÁLVARES, 1974, p. 417). Esta descrição do padre Francisco Alvares lembra, em muitos aspectos, a que Capistrano de Abreu faria três séculos depois sobre a civilização do couro dos sertões nordestinos brasileiros. Mais um tópico recorrente nas descrições dos diversos sertões sabidos dos portugueses.

Para concluir essa incursão pelos sertões africanos, veja-se a obra *Etiópia Oriental*, do frei João dos Santos. Dominicano de extraordinária energia e insaciável curiosidade, chegado em Sofala em 1586, permaneceu onze anos na região, fazendo inúmeras viagens durante esse período, a partir dos quais escreveu a sua obra, publicada em 1609 e considerada um dos mais importantes livros da literatura portuguesa sobre a África, por ter proporcionado à Europa a posse de dados objetivos de geografia, antropologia, zoologia e botânica que não foram

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

acrescentados antes da segunda metade do século XIX (SANTOS, 1978). Nesta obra encontra-se a mesma tensão entre as fontes clássicas e a experiência vivida, entre o maravilhoso e o real, que caracterizavam as crônicas da época:

E porquanto algumas coisas das que digo, são tão prodigiosas, que quase são incríveis, e contadas aos que tem alcançado pouco das muitas maravilhas que há pelo mundo, corre muito perigo seu crédito para com eles; portanto logo no princípio duvidava sair a lume com a presente história, entendendo que se não deviam contar essas coisas a semelhantes pessoas, que ligeiramente as julgam por fabulosas. Mas como meu intento não é satisfazer a estes, nem contar fábulas afetadas com palavras esquisitas, e bem compostas, usando para isso de alto estilo de falar, e linguagem polida, senão contar na verdade as coisas que vi, notei e ouvi a pessoas de crédito, por isso não quis desistir do intento começado, usando desta singela narração, porque a verdade não tem necessidade de palavras retóricas, para se declarar; e somente esta aceite de mim o curioso leitor, e não o grosseiro modo que tenho de a relatar (SANTOS, 1891, p. 27).

Começou o autor fazendo referência às fontes clássicas, ao informar que Homero dividia a Etiópia em duas, a Ocidental e a Oriental. A primeira começando do cabo da Boa Esperança, e correndo pelo meio da terra até o Egito, confinando da banda do norte com as terras da Líbia, nas quais habitavam os trogloditas, que eram como selvagens, porque comiam todos os animais imundos e circuncidavam os filhos, e junto dos quais viviam os “visófagos tão ferozes e esforçados, que pelejam com os leões”, e a seguir os “os isópafos, esparmatógafos, cineces, acridógafos, canimos, e os ictiófagos, todos bárbaros e pretos de cabelo crespo” (SANTOS, 1891, p. 38 e 39).

Já a Etiópia Oriental começava do mesmo cabo da Boa Esperança e vinha “correndo toda a costa do mar Oceano etiópico” até o mar Vermelho, “onde se fenece”. Era “em parte fertilíssima, e mui abundante”, “povoada de muita diversidade de nações, não somente nas línguas, mas também nos costumes, e feições do rosto”, sendo em partes “deserta, áspera, e infrutífera, onde se criam muitas feras, como são leões, tigres, onças, ursos, e muitos animais silvestres e bravos” (SANTOS, 1891, p. 39). E o autor completou essa informação geral comentando que era ela “terra caldíssima, doentia, e prejudicial aos estrangeiros, e mais em particular aos portugueses, porque nela adoecem ordinariamente e morrem de febres” (SANTOS, 1891, p. 40). Mas isto não era motivo suficiente para eles reprimirem a “cobiça, e sede com que passam a ela em busca de suas minas e riquezas” (SANTOS, 1891, p. 40).

Frei João dos Santos baseou-se, na sua obra, no que se poderia considerar uma geografia imaginária dos sertões africanos, fenômeno que ocorria também nas descrições dos sertões americanos. Tal fato pode ser constatado na descrição do rio Cuama, tão célebre e conhecido por

suas riquezas, que “nasce pela terra dentro tão longe que não há quem tenha notícia do seu princípio”, mas que, segundo a lenda, nasceria “duma grande lagoa que está no meio desta Etiópia, da qual nascem outros rios muito grandes, que correm por diversas partes” (SANTOS, 1891, p. 165). Ou no caso do Nilo, “o qual nasce no sertão desta Etiópia de um grande lago, chamado Barzena”, cercado de altíssimas serras e asperíssimas montanhas, sobretudo no leste, que eram as terras habitadas por cafres gentios, chamados cafates, bárbaros, mui robustos, e dados à caça de feras e animais silvestres (SANTOS, 1891, p. 341).

E isso nos leva a outro tópico da geografia imaginária dos sertões, o da descrição das gentes, entre maravilhada e depreciativa, eivada de preconceitos e prejulgamentos, mas também, e ao mesmo tempo, de um apurado senso realista e etnográfico, ou antropológico. Assim, os reis cafres, entre eles Quiteve, eram os senhores do sertão. Este último, “cafre de cabelo revoltado, gentio, não adora coisa alguma, nem tem conhecimento de Deus” antes diz que ele o é de suas terras e por tal é tido e reverenciado de seus vassalos” (SANTOS, 1891, p. 47, 48, 65 e 66).

Havia muita variedade de cafres; uns eram de boa natureza e bem inclinados, como os do reino do Quiteve. Outros comiam carne humana, como aquelas duas castas, de mumbos e zimbas, ou muzimbas, que comiam inclusive os cativos, quando eram já velhos, e não prestavam para trabalhar (SANTOS, 1891, p. 163, 228 e 229.). Estes zimbas, ou muzimbas, não adoravam ídolos, nem conheciam a Deus, mas em seu lugar veneravam e honravam ao seu rei. Este último dizia de si, que ele só era Deus da terra, e, quando chovia sem sua permissão, atirava com setas ao céu, porque lhe não obedecia (SANTOS, 1891, p. 235.). Outros eram ladrões e traficantes de sua própria raça, que furtavam os pequenos, e traziam enganados os grandes até as praias, onde os vendiam aos portugueses, ou aos mouros, ou a outros cafres mercadores, e o mesmo faziam com seus filhos, em tempo de necessidade (SANTOS, 1891, p. 333). Esses cafres eram diferentes na língua e costumes, mas todos “gentios bárbaros, cafres pretos de cabelo revoltado”(SANTOS, 1891, p. 340 e 341). Entre os habitantes do interior das terras havia uma casta diferente, que vivia no meio do sertão da África, onde havia muito mel, e que andavam todos pintados de vermelhão. Estes, ao contrário dos outros, eram de cor baça, e tinham o cabelo corredio, vivendo no campo como selvagens, nus a maioria, alguns cobertos com peles de animais silvestres (SANTOS, 1891, p. 37).

Segundo esta geografia imaginária, havia nos sertões da Etiópia Oriental fontes de admiráveis efeitos, como uma fonte de água salgada situada a mais de duzentas léguas de distância

do mar, “na qual se via uma espantosa maravilha, que era converter-se em pedra dura todo o pau que lhe deitavam dentro” (SANTOS, 1891, p. 187). Nas terras do reino de Monomotapa, por outro lado, havia grossas minas de ouro, em relação a cujas terras, “era coisa mui averiguada fazer o sol nelas tanta impressão, com as influências de seus raios, que além de as apurar e converter em ouro, fazia brotar o mesmo ouro fora da terra com tanta força, como se fora planta que quer nascer...” (SANTOS, 1891, p. 211). Ainda neste tema, a abundância de metais preciosos nesses sertões constituía um tópico recorrente, a exemplo do que ocorria em outros sertões. Assim, as terras do rei Quiteve, situadas pelo sertão dentro mais de sessenta léguas, eram terras de muito ouro (SANTOS, 1891, p. 42). Já no reino de Monomotapa, tão famoso e lendário, havia minas de ouro na maior parte das terras, particularmente no Chiroro, onde havia muito, e o mais fino que se achava naquele reino. O método de exploração deste metal era, no entanto, rudimentar, ou cavando a terra ao longo das ribeiras e das lagoas, ou, no tempo das chuvas, percorrendo as regueiras por onde corria água, nas quais achavam muitas lascas e pedaços de ouro, que ficavam sobre a terra descobertos com a corrente (SANTOS, 1891, p. 210 e 211). Já nas terras que confinavam com o Monomotapa, pelo sertão dentro da parte do Nordeste, ficava o reino de Chicora, muito famoso pelas grandess minas que tinha de fina prata, consideradas “as mais ricas minas, e da mais fina prata, que até hoje se sabem” (SANTOS, 1891, p. 213 e 217). Para completar o quadro, mencionem-se as minas de prata do grande reino de Bagamedri, povoado de gentios, e “de que os naturais não se aproveitam, porque são mui preguiçosos”, e, por conta disso, pusilânimes e pobres (SANTOS, 1891, p. 348).

Nesta geografia imaginária, ou pouco precisa, há lugar para outros tópicos recorrentes, como o das terras ásperas e serranias, como, por exemplo, na descrição das serras de Lupata, situadas a meio caminho entre os fortes de Sena e de Tete e a noventa léguas do mar Oceano Etiópico, que teriam de largura quatro ou cinco léguas, e que seriam muito altas, e fragosas de pedras e saibro áspero, e duro como ferro. Corriam e atravessavam grande parte da Etiópia Oriental, “e por serem altíssimas e atravessarem muitas terras, lhe chamam os cafres espinhaço do mundo” (SANTOS, 1891, p. 181). Ou a grandíssima e altíssima serra do Chiri, fertilíssima e toda povoada de cafres, situada defronte de Sena, do outro lado do rio, sete ou oito léguas terra adentro, e que fornecia a maior parte dos mantimentos para aquela localidade (SANTOS, 1891, p. 189 e 190). É o caso por fim do reino de Damute, povoado de gentios tributários do preste João e de cristãos abexins, onde havia muito ouro, e pouco ferro, e no qual havia grandes serras muito fragosas e desertas, onde se

criavam muitos bichos e feras, como serpes peçonhentíssimas, elefantes, leões, tigres, onças, unicórnios monteses, considerados “os verdadeiros unicórnios, pelas grandes virtudes que têm experimentado em um só corno...” (SANTOS, 1891, p. 345 e 346).

Uma última menção ao famoso e lendário reino do Monomotapa, na verdade o sucedâneo do império do mesmo nome que, depois de sua divisão em quatro partes, havia resultado no referido reino, no do Quiteve, no do Sedanda e no do Chicanga. O do Monomotapa propriamente dito, o principal deles, tinha de comprimento mais de duzentas léguas, e de largo outro tanto. Este reino fazia fronteira, a noroeste, com o reino chamado Abutua, que “dizem chega pelo meio da terra firme, até os confins do reino de Angola, com cujos cafres têm comércio, e estes com os portugueses” (SANTOS, 1891, p. 199)¹³. O reino do Monomotapa, portanto, não corria ao longo da costa, antes estava metido pela terra adentro no meio da cafraria. Possuía somente, no litoral, uma ponta de terra, tão remota do centro do poder, que os seus habitantes não obedeciam ao poder central, e viviam quase como gente sem rei (SANTOS, 1891, p. 220). Seriam, talvez, como os indígenas brasileiros, sem lei, nem rei, nem fé...

O conhecimento que se tinha dos sertões asiáticos procedia das mesmas fontes: clássicas, medievais e a experiência dos navegadores. Aqui também falava alto a dimensão lendária, imaginosa, das descrições dos cronistas, alguns dos quais, como era o caso de João de Barros, haviam escrito também sobre os sertões da África. Além da obra de Barros, analisarei aqui a de Fernão Mendes Pinto, autor da famosa *Peregrinação*.

Convém notar, antes de mais nada, que João de Barros aplicou aos sertões asiáticos o mesmo esquema que utilizava com os sertões africanos: o de centros urbanos civilizados, semiperiferias com povos nômades e com povos selvagens. É o caso de Samatra, onde a terra era povoada por mouros e gentios, os primeiros no princípio estrangeiros, que povoaram o litoral; e os segundos, autóctones, que, com a chegada dos mouros, abandonaram a costa e recolheram-se ao interior da ilha, separados por uma camada intermediária de mestiços (BIEDERMANN, 2003, p. 47 e 48). Também é o caso do reino de Sião, em que habitavam os siameses, os laos e os gueos. Os primeiros viviam nas cidades, governados por um rei; os segundos, viviam ao redor daquelas, necessitando o auxílio do rei siamês contra os gueos, que habitavam as serranias remotas, e comiam carne humana,

¹³Vale observar que esta seria, se não a primeira, uma das primeiras notícias sobre a possibilidade da travessia transcontinental da África, por tantos anos anelada pelos portugueses.

e que comumente desciam à planície, às terras chãs dos laos, onde faziam grandes estragos(BIEDERMANN, 2003, p. 49).

O cenário repetia-se na Índia, onde os mouros haviam conquistado o marítimo aos gentios, que habitavam os sertões. Nesses sertões, havia, no entanto, entre os gentios, grandes reis, como o de Narfinga. Assim, todos os reis e príncipes da Índia, “principalmente os mouros a quem a entrada que nela tínhamos feito mais tocou que ao gentio”, iludiam-se com o parecer de que os portugueses se contentavam “de andar espancando o mar e roubar todas naus do estreito de Meca”,

o qual modo lhe parecia não mui certo e durável por ser diferente do que eles tiveram na entrada dela com que se fizeram senhores do seu marítimo, e depois de parte do *sertão* conquistado dos gentios sem mais tornar à pátria donde cada um era. Porém quando eles viram a segunda tomada de Goa, e depois a de Malaca [...] começaram perder a esperança que diante tinha [...]Tudo a fim de a [Goa] nobreecer e fazer senhora do principal poder e força, com que os senhores do *sertão* que era el-rei de Narfinga e os capitães do reino Decã se faziam poderosos uns contra outros: que era estes cavalos que lhe iam de Pérsia e Arábia(BARROS, [1974] 1988, p. 340 e 341).

Nos sertões, desta vez da Arábia, ficava, também, Meca, onde estava enterrado o corpo do Profeta. Mas também era aí que habitavam os alarves, grande ameaça para os peregrinos, já que aquela cidade, distante de Jedá cerca de quinze léguas e metida no sertão onde jazia o corpo de Maomé, situava-se em terra estéril, que mais esterilizada era por não ter senhor próprio, e porque o sertão dela era dos alarves que andavam em cabildas a roubar os mouros que iam em romaria a Meca (BARROS, [1974] 1988, p. 363). Nos sertões ficavam também cidades antiquíssimas, como Ptolomaida, que se localizava na região Tebaida, que se estendia por dentro das terras, pelo Nilo acima (BARROS, [1974] 1988, p. 289). Eram sertões mais pastados que habitados, tão areentos que não havia alimento nem para os homens nem para os animais. Mas existiam exceções, como a de Lafah, verdadeiro Paraíso, terra fértil e mimosa, chamada Yaman (Iemen), que seria uma das possíveis localizações do Paraíso terreal (BARROS, 1992, p. 164).

As descrições dos sertões asiáticos centravam-se em alguns eixos. O primeiro deles, o de que os sertões se identificariam com as serranias, com cordas de montes (BARROS, 1992, p. 145), que pareciam querer “impedir que os moradores ao longo do mar se não comuniquem com os do sertão” (BARROS, 1992, p. 102). Estes sertões, de ásperas montanhas, eram em sua maior parte desertos despovoados (BARROS, 1992, p. 173). Podiam ser, entretanto, feitos da terra a mais fértil e mimosa, como sucedia com o entorno da cidade de Lafah, no Iemen (BARROS, 1992, p. 164), ou

como sertões da ilha de Lequia, cuja terra era “mais plana e fértil e viçosa de muitos campos regados de rios de água doce, com infinidade de mantimentos”(PINTO, 2010, p. 471 e 472).

Fernão Mendes Pinto mencionou um português, possível exceção à falta de curiosidade de seus conterrâneos e contemporâneos criticada por Garcia d’Orta. Trata-se de Antônio de Faria, que de sua natureza era muito curioso, o qual trabalhou por saber de gente da ilha de Ainão, “que nações habitavam o sertão daquela terra, e donde procedia a origem daquele grande rio (PINTO, 2010, p. 133), o qual “procedia de um lago que se chamava Pinator, que demorava a leste daquele mar duzentas e sessenta léguas, no reino de Quitirvão, o qual lago estava cercado de grandes serranias. Nele havia enorme mina de ouro, uma pedreira de que se tiravam muitos diamantes, muitas minas de prata, cobre, estanho e chumbo (PINTO, 2010, p. 133 e 140). Aqui estão presentes alguns dos tópicos dos conhecimentos e narrativas sobre os sertões: os lagos que davam origem a grandes rios, como o Nilo, o Amazonas, o da Prata e o São Francisco; as grandes serranias; as minas de ouro e de diamantes, de prata, cobre, estanho e chumbo.

Eram também os sertões do refúgio, para onde corriam os perseguidos, fossem eles os portugueses ou seus inimigos, como os habitantes de Malaca que “acolheram-se à serra do sertão e matos mui espessos” para fugir aos portugueses (BARROS, 1992, fo. 312); ou os bárbaros que fugiram, também dos portugueses, para o sertão da ilha de Negamale. Mas era também o caso de certos lusitanos, que se meteram pelo sertão da ilha de São Lourenço, onde desapareceram. (BARROS, 1992, fo. 90 e 136).

Mas esses sertões eram a sede do poder de reis poderosos, como o Nizamaluco, que, por ser homem de grande estado, posto que tivesse cidades marítimas e portos rendosos, o mais do tempo residia dentro do sertão (BARROS, 1992, fo. 79); ou do Hidalcão, que tinha suas ocupações de guerra no interior (BARROS, 1992, fo. 294); ou o rei de Narfinga e os capitães do reino de Decã, os senhores do sertão (BARROS, 1992, fo. 341), ou o rei Hamed (BARROS, 1992, fo. 347). Ou o rei de Caxem, ou o rei de Cambaia (BARROS, 1992, fo. 95 e 106). Ou o príncipe Calaminha, “de grande poder, que habita no âmago deste sertão em muita distância de terra” (PINTO, 2010, p. 525).

Além destes, em “toda esta costa do Malaio, e por dentro do sertão”, dominava um grande rei, o “Prechau Salem Imperador de todo o Sornau”, a que vulgarmente se chamava Sião, cujo senhorio confinava por distância de setecentas léguas da costa (PINTO, 2010, p. 125 e 410); o “Sianmon Imperador dos Gueos”, que confinava por dentro do sertão com o Brama do Tanguí e o

rei dos Mogores, cujo reino e senhorio jazia por dentro do sertão até o Coraçone, que era junto da Pérsia, e o reino de Deli e Chitor (PINTO, 2010, p. 125 e 410). E os príncipes do Sião, que vizinhavam com estes dentro pelo *sertão*, assim como o rei de Orixá e o rei de Bengala, que tinham muitos portos do mar. E os de dentro do *sertão* da ilha de Samatra, todos baços de cabelo corrido, bem dispostos e de bom aspecto (BARROS, [1974] 1988, p. 36 e 119).

Fernão Mendes Pinto, nas páginas finais de sua *Peregrinação*, fez comentário que bem pode ser aplicado ao conhecimento que havia, à época, dos sertões asiáticos, africanos e americanos: “assim que pela variedade de nações incógnitas que aqui vimos, se pode muito bem coligir, que nesta monarquia do mundo há ainda muitas terras que não são descobertas, nem conhecidas de nós” (PINTO, 2010, p. 569). Entre essas terras não descobertas nem conhecidas, estavam as do Novo Mundo, que foram descritas por vários cronistas e narradores, que muitas vezes possuíam formação humanista, o que facilitava a apreensão e a tradução daquele mundo estranho (SANTIAGO, 2003, p. 134).

Essa visão, perpassada assim pelo conhecimento humanista que resgatava os clássicos, mas também pelas tradições e pela visão do mundo medievais, bem como por elementos paradisíacos e infernais, pode ser notada na obra de Pero de Magalhães de Gândavo. Ao descrever a terra, considerava-a lassa e desleixada, por conta da quentura e dos mantimentos que nela usavam, mas, por outro lado, fértil e viçosa, toda coberta de altíssimos e frondosos arvoredos, sempre verdes (GÂNDAVO, 1965, p. 147 e 149).

Esta província Santa Cruz está situada naquela grande América, uma das quatro partes do mundo. [...] De maneira que parte dela fica situada debaixo da Zona tórrida e parte debaixo da temperada. Está formada esta Província à maneira de uma harpa, cuja costa pela banda do Norte corre do Oriente ao Ocidente, e está olhando diretamente a Equinocial; e pela do Sul confina com outras Províncias da mesma América povoadas e possuídas de povo gentílico, com que ainda não temos comunicação. E pela do Oriente confina com o mar Oceano Áfrico, e olha diretamente os Reinos de Congo e Angola até ao Cabo de Boa Esperança [...] E pela do ocidente confina as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Peru, as quais são tão soberbas em cima da terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje um só caminho lhe acharam os homens vindos do Peru a esta Província, e este tão agro, que em o passar perecem algumas pessoas caindo do estreito caminho que trazem (GÂNDAVO, 1965, p. 53 e 54).

Para Gândavo, a Terra de Santa Cruz carecia destes e de outros extremos semelhantes, característicos de seus vizinhos continentais: a terra era grande, mas não possuía serras nem desertos e nem alagadiços que com facilidade se não pudessem atravessar. E além disso era “sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras da América, por ser

comumente de bons ares e fertilíssima, e em grande maneira deleitosa e aprazível à vida humana” (GÂNDAVO, 1965, p. 53 e 54).

Esta é, sem dúvida, uma perspectiva paradisíaca: terras férteis, clima ameno, natureza dócil, sem grandes obstáculos a atravessar. Para outro cronista, entretanto, o jesuíta Fernão Cardim, a terra era “algum tanto melancólica, regada de muitas águas, assim de rios caudais como do céu” (CARDIM, 1980, p. 40) e, no seu interior, nos campos e sertão da Bahia, havia lugares onde a água era escassa. Mas a Providência havia solucionado o problema com árvores que tinham água, que serviam “não somente de fonte mas ainda de um grande rio caudal”, capaz de abastecer a 100 almas com água gostosa e clara, o que constituía grande remédio para os que iam ao sertão quando não achavam outra (CARDIM, 1980, p. 40).

Nesse mesmo diapasão paradisíaco, frei Vicente do Salvador chegou ao ponto de transformar o que era tradicionalmente uma desvantagem, o fato de se localizar o Brasil na zona tórrida, em vantagem. Assim, após explicar que, segundo Aristóteles e outros filósofos, a zona tórrida seria inabitável, devido ao excesso de calor, contrapunha a esses filósofos antigos a experiência que havia demonstrado não somente ser a zona tórrida habitável, mas que “em algumas partes dela vivem os homens com mais saúde, que em toda a zona temperada, principalmente no Brasil, onde nunca há peste, nem outras enfermidades”, salvo as bexigas (SALVADOR, 2008, cap. IV, fl. 8v e 9).

A explicação para tanto seria que se a terra do Brasil, sendo cálida por estar a maior parte dela na zona tórrida, era juntamente muito úmida, como se provava pelo fato de orvalhar tanto de noite, que nem depois de sair o sol a quatro horas se enxugavam as ervas. Esta umidade seria causa de que o calor desta terra se temperasse e que fizesse o clima de boa compleição. A outra causa eram os ventos leste e nordeste, que ventavam do mar todo o verão de meio dia, pouco mais ou menos, até a meia-noite, e lavavam e refrescavam toda a terra. E, por último, a igualdade dos dias e das noites: o calor dos dias, embora intenso, durava menos, e não aquecia tanto, que o frio da noite o não atalhasse, que não chegasse de um dia a outro (SALVADOR, 2008, cap. IV, fl. 8v e 9).

O conhecimento dos sertões brasileiros, por essa época, pressupunha, como aliás o dos sertões africanos e asiáticos, a já mencionada geografia imaginária. Por essa geografia, variava o diâmetro e a largura do Brasil, porque aqueles que mais apartavam da costa do mar para o poente aquela linha do sertão davam-lhe maior extensão de largura, e os que faziam o inverso, diminuía

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

seu tamanho (VASCONCELOS, 2011, p. 49). Essa geografia contemplava “afamadas serranias, que vão correndo os reinos de Chile e Peru passante de mil léguas, de tão imensa altura, que são um assombro do mundo (VASCONCELOS, 2011, p. 49), mas também os rios, uma verdadeira rede hidrográfica baseada em lendas:

Contam os índios versados no sertão, que bem no meio dele são vistos darem-se as mãos estes dois rios [Amazonas e Prata], em uma alagoa famosa, ou lago profundo, de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e do Peru; e demora sobre as cabeceiras do rio que chamam São Francisco [...] que desta grande alagoa se formam os braços daqueles grossos corpos; o direito, ao das Amazonas para a banda do norte; o esquerdo, ao da Prata para a banda do sul; e que com estes abarcam, e torneiam todo o sertão do Brasil... (VASCONCELOS, 2011, p. 53).

Assim, o rio da Prata, por outro nome Paraguai, dava a mão ao Grão Pará, ou Amazonas, naquele grande lago, e desta mão ia formando-se o principal dos braços, e estendendo-se por formosas campinas, e bosques fertilíssimos (VASCONCELOS, 2011, p. 58). Este braço seria a origem de todos os outros rios da costa, que vinham do sertão com poderosas madres, e era por isso que todo o sertão estava feito um bosque, entretalhado em canteiros, da mesma natureza, com suas águas (VASCONCELOS, 2011, p. 58). Visão mais paradisíaca do que esta é difícil de se encontrar.

Estas eternas aparências, viram os exploradores somente, e só com elas ficaram admirados: que fariam, se vissem seus interiores? Se penetraram aquelas matas solitárias, e viram a multidão de feras, que por ali se criam, isentas das traições da gente humana? (VASCONCELOS, 2011, p. 70)¹⁴.

Mas nem só de vislumbrar o Paraíso viviam os colonos portugueses no Brasil. Havia a expectativa, embora não muito acompanhada de iniciativas, devido à negligência e falta de curiosidade indicadas por frei Vicente do Salvador, de grandes riquezas no interior das terras, outro tópico recorrente nas descrições dos sertões. Mas não havia iniciativas coerentes, estruturadas e institucionalizadas de exploração do interior, e este é o sentido da crítica de frei Vicente. Os colonos portugueses limitavam-se a explorações esporádicas, fruto da iniciativa particular, e baseadas numa expectativa, que pode ser enquadrada em uma visão paradisíaca destes sertões, de riqueza fácil,

¹⁴Simão de Vasconcelos faz, nessa altura, uma descrição grandiloquente do sertão, na qual, após enumerar as espécies de animais, de “aves as mais formosas”, os “grandes arvoredos, espessas matas, que sobem às nuvens, e encobrem o céu”, “os minerais de pedras finas, ferro, chumbo, calaím, prata e ouro, de seus serros, vargens, arredores, e rios, que podem comparar-se à mesma Índia, Potosí, Maldívia e Peru”, comenta: “Tudo isto veriam os exploradores, se então lhes fora possível penetrar estas imensas matas: porém do que viram, e do que ouviram aos índios, tinham bem que contar a seus reis. [...] Viam aqueles capitães e cosmógrafos a formosura, a vária compostura das terras, campos, montes, arvoredos, aves, animais, peixes, e a multidão tão grande, e vária de nações de gentes: e pasmavam, como de coisa nunca vista em outra alguma parte do mundo” (VASCONCELOS, 2011, p. 70).

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

baseada em lendas e informações precárias. É o caso da iniciativa de alguns colonos de Porto Seguro, narrada por Pero de Magalhães de Gândavo:

A esta Capitania de Porto Seguro chegaram certos índios do Sertão a dar novas de umas pedras verdes que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro, e traziam algumas delas por amostra, as quais eram esmeraldas [...] Tanto que os moradores desta Capitania disto foram certificados, fizeram-se prestes cinquenta ou sessenta portugueses com alguns índios da terra e partiram pelo Sertão dentro, com determinação de chegar a esta serra [...] entraram pela terra algumas duzentas e vinte léguas, onde as mais das serras que acharam e viram eram de muito fino cristal e toda a terra em si muito frágil, e outras muitas serras de uma terra azulada, nas quais afirmaram haver muito ouro [...] disto não fizeram mais experiência por ser aquilo no deserto e haver muitos dias que padeciam grande fome nem comiam outra coisa senão semente de ervas e alguma cobra que matavam [...] Alguns índios lhe deram notícia segundo a menção que faziam que podiam estar cem léguas da serra das pedras verdes que iam buscar, e que não havia muito dali ao Peru.... (GÂNDAVO, 1965p. 34 e 35).

O conhecimento sobre a riqueza dos sertões era mera suposição, e de oitiva, fruto das informações trazidas pelos índios. O próprio Gândavo intitulou, muito sintomaticamente, o capítulo XIV de sua obra, *Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão*. Era tudo expectativa, positiva, decerto, eivada dessa visão paradisíaca, pela qual a Província de Santa Cruz, sendo tão fértil e abastada de todos os mantimentos necessários para a vida do homem, era também, certamente, muito rica, havendo nela muito ouro e pedraria (GÂNDAVO, 1965 p. 125). E a prova da certeza dessas esperanças, dada por Gândavo, é interessantíssima: a “maneira de como isto se veio a denunciar e ter por causa averiguada foi por via dos índios da terra”. Estes, sem fazendas que os detivessem em suas pátrias, e com o intento de buscar sempre terras novas, “a fim de lhes parecer que acharam nelas imortalidade e descanso perpétuo”, meteram-se pelo sertão dentro. Depois de algum tempo, encontraram “outros índios seus contrários, e ali tiveram com eles grande guerra”. O resultado disto é que não puderam, ou souberam, mais voltar, “por onde lhes foi forçado entrar pela terra dentro muitas léguas”, tendo chegado em uma terra, onde havia algumas povoações muito grandes, nas quais havia tanta riqueza que nas ruas não se fazia outra coisa “senão lavar peças de ouro e pedrarias” (GÂNDAVO, 1965, p. 125).

Em um registro menos genérico e mais concreto, Gabriel Soares de Sousa indicou que, na Bahia, trinta léguas pela terra dentro, havia minas descobertas sobre a terra, de mais fino aço que o de Milão, e mais dentro do sertão, a cinquenta ou sessenta léguas do litoral, uma serra muito grande escalvada, que não tinha outra coisa senão cobre (SOUSA, s/d, p 315). Além disso, no capítulo CXIV de seu livro, intitulado *Em que se trata das pedras verdes e azuis que se acham no sertão da Bahia*, ele afirmou que se achavam também no sertão da Bahia umas pedras azuis escuras muito

duras e de grande firmeza e que no mesmo sertão havia muitas pedreiras de pedras verdes coalhadas, muito rijas, de que o gentio também fazia pedras para trazer nos beijos (SOUSA, s/d, p 316).

E não há dúvida senão que entrando pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo, que se enxerga o resplendor delas de muito longe, e afirmaram alguns portugueses que as viram que parecem de longe as serras de Espanha quando estão cobertas de neve [...] Em algumas partes do sertão da Bahia se acham esmeraldas mui limpas e de honesto tamanho [...] Afirmam os índios tupinambás, os tupinaês, tamoios e tapuias e os índios que com eles tratam, neste sertão da Bahia e no da capitania de São Vicente, que debaixo da terra se cria uma pedra do tamanho e redondeza de uma bola, a qual arrebenta debaixo da terra [...] e que lhe saem de dentro muitas pontas cristalinas do tamanho de cerejas [...] Dos metais de que o mundo faz mais conta, que é o ouro e prata, fazemos aqui tão pouca [...] pois esta terra da Bahia tem dele tanta parte quanto se pode imaginar: do que pode vir à Espanha cada ano maiores carregações do que nunca vieram das Índias Ocidentais, se Sua Majestade for disso servido (SOUSA, s/d, II tomo, p. 316, 317, 318 e 319).

A expectativa aqui transforma-se em certeza, e certeza de engrandecimento da terra e da Coroa, conseqüentemente. Estes cronistas também trataram, em suas obras, de outro tópico recorrente nas descrições dos sertões, o dos indígenas e seus costumes, e o estranhamento que eles provocavam. Assim, um deles afirma que não se podia quantificar “a multidão do bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil”, já que ninguém podia percorrer com segurança pelo sertão dentro. Entretanto, Deus havia permitido que esses índios fossem contrários uns dos outros, “e que houvesse entre eles grandes ódios e discórdias porque se assim não fosse os portugueses não poderiam viver na terra nem seria possível conquistar tamanho poder de gente” (SOUSA, s/d, p. 179).

Muitos desses indígenas povoavam outrora a costa, mas como se levantavam contra os portugueses, e lhes faziam muitas traições, foram a pouco e pouco destruídos. Os que restaram haviam fugido para o sertão (SOUSA, s/d, p.181). Estes índios eram portanto muito desumanos e cruéis, e não se moviam a nenhuma piedade, vivendo “como brutos animais sem ordem nem concerto de homens” (CARDIM, 1980, p. 25).

Os cronistas se preocuparam também com a descrição física dos habitantes primitivos do Brasil, sobretudo daqueles que habitavam a costa “e em partes pelo sertão dentro muitas léguas, com que temos comunicação”. Eram eles de cor baça, e cabelo corredio; com “o rosto amassado, e algumas feições dele à maneira de chins”; pela maior parte “bem dispostos, rijos e de boa estatura”. Quanto ao caráter e ao comportamento, “gente muito esforçada, e que estima pouco morrer, temerária na guerra, e de muito pouca consideração”; sobremaneira desagradecidos, “muito

desumanos e cruéis, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo”. E, para completar, viviam todos muito descansados sem terem outros pensamentos senão o de comer, beber, e matar gente, e por isso engordavam muito (GÂNDAVO, 1965, p. 99). Entre esses índios se alevantaram algumas vezes alguns feiticeiros, a que chamavam caraíba, santo ou santidade. Eram, geralmente, gente de ruim vida, que fazendo algumas feitiçarias, e coisas estranhas à natureza, traziam

após si todo o sertão enganando-os, dizendo-lhes que não rocem, nem plantem seus legumes, e mantimentos [...] porque com sua vinda é chegado o tempo em que as enxadas por si hão de cavar [...] e com esta falsidade os traz tão embebidos, e encantados, deixando de olhar por suas vidas, e granjear os mantimentos que, morrendo de pura fome, se vão estes ajuntamentos desfazendo pouco a pouco, até que a santidade fica só, ou a matam (CARDIM, 1980, p. 87 e 88).

Sendo todos de cor castanha, e sem barba, o que os distinguiria, segundo frei Vicente do Salvador, seria “serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos o são assaz)”, e “os mais bárbaros se chamam *in genere* tapuias”, dos quais havia muitas castas de diversos nomes, diversas línguas e que eram inimigos uns dos outros (SALVADOR, 2008, fl. 22).

Havia, com efeito, muitas e várias nações de diferentes línguas sendo uma principal, que vivia na costa do mar, e em uma grande cordilheira do sertão, e que eram os amigos antigos dos portugueses, com cuja ajuda e armas, conquistaram esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações bárbaras (CARDIM, 1980, p. 101).

Entre essas nações bárbaras merece destaque portanto a dos tapuias, palavra que significa língua travada, e que eram uma espécie de Outro para os próprios indígenas. Estes tapuias, que sob vários aspectos podem ter sua representação comparada com a dos cafres africanos, eram os primitivos povoadores do litoral, e haviam sido expulsos da Bahia e da sua vizinhança por outra tribo de índios, os tupinaês, que havia descido do sertão, “à fama da fartura da terra e mar desta província”. Em seguida, vieram os tupinambás, “d’além do rio de São Francisco descendo sobre a terra da Bahia, que vinham senhoreando, fazendo guerra aos tupinaês”, que lhes despejaram a terra e “se foram por em frontaria com os tapuias seus contrários, os quais faziam guerra com força, da qual só faziam recuar pela terra dentro, por se afastarem dos tupinambás que os apertavam da banda do mar” (SOUSA, s/d, II tomo, p.240).

Eles, que haviam senhoreado toda a costa, desde a boca do rio da Prata até a do rio das Amazonas, se haviam assim recolhido para o sertão, onde viviam divididos em bandos, não se acomodando uns com os outros (SOUSA, s/d, II tomo, p. 240).

Estes tapuias que se espalharam pelos diversos sertões, como o dos campos de caatinga, por exemplo, eram muito guerreiros, e comiam gente (CARDIM, 1980, p. 104), dividindo-se em setenta e seis nações, que falavam as mais delas diferentes línguas; eram gente brava, silvestre e indômita, e inimigas do gentio que vivia na costa do mar, com exceção dos tapuias que viviam no rio São Francisco. Entre estes últimos havia muitos cristãos que haviam sido trazidos pelos padres do sertão, e que haviam sido batizados: somente com estes tapuias se podia fazer algum fruto, pois, com os demais, não se podia “fazer conversão por serem muito andejos e terem muitas e diferentes línguas dificultosas” (CARDIM, 1980, p. 106).

Ainda em relação aos indígenas, e para exemplificar mais um tópico recorrente nas descrições dos sertões, derivado de uma visão e de um imaginário ainda medievais, mencionem-se as nações de índios monstruosos, que realizavam e concretizavam, em pleno trópico, algumas das fantasias da Idade Média. Assim, diziam, que entre as nações de índios, havia uma, de anãos, “de estatura tão pequena, que parecem afronta dos homens, chamados goiazis”; outra, “de casta de gente, que nasce com os pés às avessas: de maneira que quem houver de seguir seu caminho, há de andar ao revés do que vão mostrando as pisadas: chamam-se estes matuiús”; uma terceira, “de homens gigantes, de 16 palmos de alto, valentíssimos, adornados de pedaços de ouro por beiços e narizes”, chamados curinqueans. E por fim, “há outra nação de mulheres também monstruosas do modo de viver (são as que hoje chamamos amazonas, semelhantes às da Antiguidade, e de que tomou nome o rio)” (VASCONCELOS, 2011, p. 55).

Por último, uma menção a Fernão Cardim que, entre os seus méritos, terá sido o primeiro a relacionar os sertões à caatinga – hoje a associação mais forte ao conceito de sertão -, e foi o primeiro a descrever a seca, flagelo recorrente do Nordeste brasileiro, ao narrar o descimento dos índios do sertão, tangidos pela falta de chuva. Com efeito, Cardim contou que se havia produzido grande necessidade, principalmente no interior de Pernambuco, “pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro ou cinco mil índios”. Porém, passado aquele trabalho da fome, os que puderam voltaram ao sertão, exceto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade (CARDIM, 1980, p. 162).

Conclusão

Nos estudos sobre a expansão portuguesa dos séculos XV e XVI tem assumido caráter preponderante a questão do mar, por isso que esta expansão é considerada sobretudo como ultramarina. Oblitera-se, entretanto, uma outra dimensão, a da busca de outros sertões, de outras terras, já que os sertões ibéricos estavam ocupados por Castela e outros reinos, e a única alternativa para os lusitanos era procurar terras, buscar outros sertões, no além-mar.

A busca de outros sertões é assim o sujeito oculto da expansão ultramarina portuguesa, e teve no infante dom Henrique e em seu sobrinho, el-rei dom João II os seus maiores incentivadores no século XV. As iniciativas do Infante do Príncipe Perfeito, cujo objetivo alegado era a busca de riquezas e a salvação de almas, possibilitaram que o conhecimento tradicional, de origem antiga e medieval, fosse atualizado pela experiência vivida dos lusos.

Dessa forma, exploradores e cronistas como Duarte Pacheco Pereira, João de Barros, o padre Francisco Álvares, frei João dos Santos, Fernão Mendes Pinto, Pero de Magalhães de Gândavo, o padre Fernão Cardim, frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Sousa e o padre Simão de Vasconcelos, entre outros, puseram-se a descrever esses outros sertões, suas terras, suas gentes e seus costumes. Tais descrições eram eivadas ainda de uma geografia imaginária, fruto mais do que se queria ver do que se via efetivamente, que possibilitava, por exemplo, o encurtamento das distâncias entre o Brasil e o Peru (o que reforçaria os indícios da presença de metais preciosos em território brasileiro), ou entre a costa e a contracosta da África (o que tornaria mais fácil cumprir um dos principais anelos dos portugueses naquele continente: a travessia entre as costas atlântica e índica). Essa geografia imaginária, em que se destacavam alguns tópicos como a busca do preste João e do Paraíso terreal, a existência de riquezas imensas escondidas no sertão e de um grande lago interior, que seria a fonte dos maiores rios (tópico este que remetia, também ao Paraíso terreal), tanto do continente africano quanto do americano, estendeu-se até bem entrado o século XVIII, quando começou a ser substituída por uma geografia iluminista, mais próxima da realidade e baseada em pressupostos mais científicos.

Referências Bibliográficas:

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. III.

ALVARES, Padre Francisco. *Verdadeira informação das terras do Preste João das Índias*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1974.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

BARROS, João de. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*. Edição facsimilada 4ª edição revista e prefaciada por Antônio Baião, conforme a edição princeps (Coimbra . Imprensa da Universidade, 1932. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

____. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Segunda Década*. Quarta edição, conforme a edição princeps, iniciada por Antonio Baião, continuada por Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, [1974] 1988.

____. *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Terceira Década*. Edição facsimilar da 1ª edição [Lisboa: João de Barreira, 1563]. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

BIEDERMANN, Zoltán. *Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros*. Anais de História de Além-Mar Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. IV: Ano 2003.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introdução de Rodolfo Garcia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Edition critique et commentée). Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da Província do Brasil*. Reprodução fac-similar do ms. 2026 da Bibl. Sloaniana do Museu Britânico; introdução; leitura; comentários e índice de vocábulos. Edição preparada pelo Professor Emmanuel Pereira Filho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1965.

LESTRINGANT, Frank. *Introduction A THEVET, ANDRÉ. Le Brésil d'André Thevet – Les Singularités de la France Antarctique (1557)*. Édition intégrale établie, présentée & annotée par Frank Lestringant. Paris. Éditions Chandeigne 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Le voyage de Gonville (1503-1505) & la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil*. Étude & commentaire de Leyla Perrone-Moisés. Paris : Chandeigne, 1995.

PINTO, Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*. In: Fernão Mendes Pinto and the PEREGRINAÇÃO – studies, restored portuguese text, notes and indexes. Volume II: Restored Portuguese Text. Restored and revised by Elisa Lopes da Costa. Lisboa: Fundação Oriente e INCM, 2010.

SALVADOR, frei Vicente do. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

SANTIAGO, Silviano. *O narrador pós-moderno*. In: Nas malhas da letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 43, apud GUIRADO, Maria Cecília A divulgação das primeiras imagens exóticas do Brasil através dos escritos de Pero de Magalhães de Gandavo. Anais de História de Além-Mar Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. IV: Ano 2003, p. 133-140.

SANTOS, Frei João dos. *Ethiopia Oriental*. Volume I. Bibliotheca de Classicos Portuguezes. Director litterario: Luciano Cordeiro. Lisboa: Mello d’Azevedo Editor, 189.

SANTOS, M. Emília Madeira. *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar/Instituto de Cultura Portuguesa/Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. 1 tomo. Introdução, comentários e notas pelo Professor Pirajá da Silva. Biblioteca Histórica Brasileira (direção de Rubens Borba de Moraes), nr XVI. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

VASCONCELOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2011.